



SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

**NOTAS**

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA - SJBA

UNIDADE GESTORA - UG: 090012

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

## NOTA 01 – CONFORMIDADE CONTÁBIL

Após alterações na Macrofunção 02.03.15-Conformidade Contábil, observa-se que o foco da conformidade contábil passou a ser as demonstrações contábeis, levando em conta os critérios de **relevância e materialidade**.

As demonstrações contábeis têm o objetivo de divulgar aos usuários os ativos, os passivos, as receitas e as despesas orçamentárias, bem como as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de determinada entidade, em determinado período. Assim, a conformidade contábil tem como finalidade garantir que essas informações apresentadas sejam verdadeiras e confiáveis, considerando-se inconsistência relevante aquela em que há diferença material entre o valor divulgado e o valor correto.

A Conformidade Contábil objetiva indicar, em aspectos relevantes, a adequação das demonstrações contábeis com as normas contábeis ou se as demonstrações apresentam inconformidades perante tais normas que resultam em distorções relevantes que prejudicam a tomada de decisões e avaliações nelas baseadas.

Nesse sentido, a conformidade das Demonstrações Contábeis da SJBA - Seção Judiciária da Bahia foi realizada de acordo com os procedimentos estabelecidos na Macrofunção SIAFI 02.03.15 e nas transações CONDESAUD – Consulta Desequilíbrio de Equação de Auditor – e CONRESTCON – Consulta Restrições Contábeis – que visam assegurar a confiabilidade das informações relativas aos registros de todos os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e Patrimonial.

As Demonstrações Contábeis são compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e pelo Fluxo de Caixa. Todos os demonstrativos foram elaborados em conformidade com a Lei 4.320/1964, com a Lei Complementar 101/2000, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBC TSP, com o MCASP 8ª Edição e com os Manuais do SIAFI.

Desse modo, declara-se "Sem Ocorrência" a conformidade da Seção Judiciária da Bahia do Exercício de 2021, pois foi observado que as Demonstrações Contábeis não apresentaram inconsistências relevantes que pudessem mudar o entendimento sobre elas, estando de acordo com as normas contábeis.

Demonstrativos referenciados: Balanço Patrimonial ([15013615](#)), Balanço Orçamentário ([15013670](#)), Balanço Financeiro ([15013684](#)), Demonstrações das Variações Patrimoniais ([15013639](#)) e Demonstrações dos Fluxos de Caixa ([15013696](#)).

## NOTA 02 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos estão registrados pelo valor original, exceto os saldos das contas que representam os valores recebidos a título de caução (inciso I, § 1º, art. 56 da Lei 8.666/93). Algumas contas bancárias de caução sofreram atualização até 31/12/2021.

O acréscimo de 187,2% no de caixa e equivalente de caixa no exercício de 2021 se deve, principalmente, ao aumento dos recursos para fazer frente aos valores inscritos em restos a pagar.

Tabela 1 - Detalhamento Caixa e Equivalentes de Caixa

Item	2021	2020	AH (%)	AV (%)
Limite de Saque com Vinculação de pagamento OFSS	2.228.224,25	756.821,97	194,4	89,4
Demais contas - Caixa Econômica Federal (Caução)	151.242,25	92.704,21	63,1	6,1
Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento – OFSS	111.914,49	18.020,86	521,0	4,5
<b>Total</b>	<b>2.491.380,99</b>	<b>867.547,04</b>	<b>187,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIAFI

O saldo na conta Limite de Saque com Vinculação de pagamento OFSS e Limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento – OFSS estão dentro do limite de valores inscritos e reinscritos em restos a pagar processados e não processados.

## NOTA 03 - CRÉDITOS A RECEBER / DEMAIS CRÉDITOS E VALORES - CURTO E LONGO PRAZO

Os saldos estão registrados pelos valores originais representados, no final do exercício de 2021, pelos adiantamentos de gratificação natalina e férias, créditos decorrentes de infração legais e contratuais, créditos a receber de acerto com servidores e ex-servidores e suprimento de fundos a devolver. O principal motivo do aumento de 1.541,4% em 2021 está relacionado ao adiantamento de parte da gratificação natalina de 2022

Os valores relativos a créditos a receber de servidores e ex-servidores foram acompanhados no decorrer do exercício de 2021, com baixas parciais ou totais e também com registro de atualizações. Os registros dos créditos dessa conta são decorrentes de acertos

financeiros com pensionista civil por repasse feito a maior ou indevido, recebidos equivocadamente; por desligamento de servidor com valores pendentes de ressarcimento. Outros registros são decorrentes de ajustes de pendência de compensação ou devolução de adiantamento de férias e gratificação natalina.

Tabela 2 - Detalhamento Créditos a Receber

Item	2021	2020	AH (%)	AV (%)
Adiantamento de Gratificação Natalina	982.322,13	0,00	-	67,6
Adiantamento de remuneração de Férias	291.068,07	13.194,16	2106,0	20,0
Adiantamento de Suprimento de Fundos	212,96	952,30	-77,6	0,0
Crédito a Receber de Infrações Legais e Contratuais - Curto Prazo	141.847,56	0,00	100,0	9,8
Crédito a Receber de Acerto com Servidores e ex-Servidores	37.602,38	43.796,06	-14,1	2,6
<b>Total Curto Prazo</b>	<b>1.453.053,10</b>	<b>57.942,52</b>	<b>2407,7</b>	<b>99,9</b>
Crédito a Receber de Infrações Legais e Contratuais - Longo Prazo	1.099,19	30.651,75	-96,4	0,1
<b>Total Geral</b>	<b>1.454.152,29</b>	<b>88.594,27</b>	<b>1541,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIAFI

Os saldos de Crédito a Receber de Infrações Legais e Contratuais e de a Receber de Acerto com Servidores e ex-Servidores representam os créditos em valores originais apurados e atualizados. Quando esgotam-se todos os meios administrativos para a cobrança do crédito, os processos são encaminhados à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional competente para que seja feita a avaliação de inscrição em dívida ativa e de eventual ajuizamento de execução fiscal. Após confirmada a inscrição em dívida ativa, faz-se a respectiva baixa contábil na UG.

## NOTA 04 - ESTOQUES

Os estoques de material de consumo do almoxarifado estão registrados pelo custo de aquisição. As saídas são contabilizadas pelo custo médio ponderado.

O Inventário anual dos materiais de consumo, conforme regulamentado no módulo 7 da Instrução Normativa 14, de 14 de abril de 2019, foi realizado para o exercício de 2021 e registrado no processo [0025833-64.2021.4.01.8004](https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=16251637&infra_sistema=...).

Tabela 3 - Detalhamento da movimentação de material de consumo - 2021

Tipo de Material de	Saldo Inicial	Entrada	Baixa Material Estocado	Consumo Imediato	Suprimento Fundos	Total Geral
Material de uso administrativo	699.708,46	21.335,35	-48.899,01	-	-445,35	671.699,45
Material de tecnologia da informação - TIC	356.410,26	115.475,62	-62.619,32	-80.337,64	-971,53	327.957,39
Material elétrico e eletrônico	2.470,91	168.018,57	-883,51	-162.725,15	-5.293,42	1.587,40
Material para manutenção de bens imóveis	-	146.679,78	-	-116.410,77	-30.269,01	-
Material de proteção e segurança	-	103.206,98	-	-102.756,90	-450,08	-
Material para manutenção de veículos	-	58.054,85	-	-57.944,85	-110,00	-
Material para manutenção de bens móveis	-	48.216,84	-	-44.672,28	-3.544,56	-
Combustíveis e lubrificantes	-	47.084,60	-	-42.860,89	-4.223,71	-
Gêneros de alimentação	-	40.849,65	-	-38.905,65	-1.944,00	-
Material de copa e cozinha	37.956,87	454,00	-3.445,08	-404,00	-50,00	34.511,79
Munições	-	19.980,00	-	-19.980,00	-	-
Diversos	3.436,21	37.620,46	-435,70	-30.477,96	-6.442,50	3.700,51
<b>Total Geral</b>	<b>1.099.982,71</b>	<b>806.976,70</b>	<b>-116.282,62</b>	<b>-697.476,09</b>	<b>-53.744,16</b>	<b>1.039.456,54</b>

Fonte: SIAFI

A Tabela 3 evidencia a movimentação de todo material de consumo (estoque e consumo imediato) adquirido pela SJBA por meio do processo normal de compras ou por meio de suprimento de fundos.

Os materiais de consumo imediato são adquiridos para atender demandas específicas e são entregues pelos fornecedores diretamente à área demandante, não transitando, dessa forma, pelo Almoxarifado Central da SJBA.

Os saldos dos materiais estocados são acompanhados mensalmente e não apresentaram divergência entre os valores do SICAM e os do SIAFI.

## NOTA 05 - VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE

As VPDS pagas antecipadamente estão registradas pelo valor original reduzido das parcelas mensais apropriadas e se referem a seguros de bens e assinaturas pagos em parcela anual e única. A redução de 18,1% do valor de 2021 (R\$ 544.619,67) em relação ao de 2020 (R\$ 665.170,54) ocorreu, principalmente, devido à redução do valor pago anualmente pela solução de firewall.

## NOTA 06 - IMOBILIZADO

Os bens móveis foram registrados pelo custo de aquisição e deduzido do valor da depreciação acumulada. O método utilizado é o de quotas constantes, cujas taxas são estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, conforme Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Tabela 4 - Composição dos Bens Móveis

Composição	Saldo em 31/12/2020			Movimento			Saldo em 31/12/2021		
	Valor Contábil	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Entrada	Saída	Depreciação	Valor Contábil	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Aparelhos e utensílios domésticos	1.652.245,63	-770.619,57	881.626,06	626.044,94	-12.822,77	-145.381,75	2.244.352,00	-894.885,52	1.349.466,48
Equipamento de proteção, segurança e socorro	1.926.310,81	-617.660,02	1.308.650,79	308.952,83	-1.097,50	-173.350,93	2.230.275,64	-787.120,45	1.443.155,19
Equipamento de TI	20.824.252,66	-13.530.357,26	7.293.895,40	255.681,98	-558.528,23	-1.720.337,56	18.081.146,78	-12.810.435,19	5.270.711,59
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	1.659.896,20	-664.305,22	995.590,98	52.998,93	-5.793,99	-145.965,44	1.698.074,81	-801.244,33	896.830,48
Máquinas e equipamentos energéticos	1.245.675,20	-593.189,34	652.485,86	416.790,62	-5.194,89	-107.938,59	1.648.226,62	-692.083,62	956.143,00
Mobiliário em geral	7.117.552,26	-3.750.406,60	3.367.145,66	7.091,13	-49.915,54	-458.196,87	7.031.190,83	-4.165.066,45	2.866.124,38
Veículos	2.925.699,73	-1.051.970,48	1.873.729,25	67.000,00		-172.455,22	2.992.699,73	-1.224.425,70	1.768.274,03
Outros	1.917.009,76	-888.439,97	1.028.569,79	2.823,54	-20.415,82	-97.721,38	1.858.988,63	-945.732,50	913.256,13
<b>Total Geral</b>	<b>39.268.642,25</b>	<b>-21.866.948,46</b>	<b>17.401.693,79</b>	<b>1.737.383,97</b>	<b>-653.768,74</b>	<b>-3.021.347,74</b>	<b>37.784.955,04</b>	<b>-22.320.993,76</b>	<b>15.463.961,28</b>

Fonte: SIAFI

Em 2021, houve redução de 11,1% do valor líquido dos bens móveis devido, principalmente, à depreciação do exercício. As entradas de bens móveis se referem a aquisição, recebimento por transferência ou doação de outros órgãos e incorporação de bens entregues durante a execução obras civis. As saídas ocorreram em função de baixa de bens irre recuperáveis, transferência a outros órgão e doação de bens inservíveis.

O teste de recuperabilidade, para os bens móveis, não foi realizado devido à falta de definição de critérios específicos e da dificuldade operacional de apuração do valor em uso e do valor de venda.

Tabela 5 - Composição dos Imóveis

Composição	2021	2020	AH (%)	AV (%)
Edifício Próprio	131.725.006,94	131.744.484,69	0,0	83,8
Edifício Cedido	10.689.270,99	3.680.883,32	190,4	6,8
Terrenos	13.449.782,99	13.449.782,99	0,0	8,6
Obras em Andamento	2.704.278,36	1.693.343,59	59,7	1,7
<b>Total valor Contábil</b>	<b>157.102.817,12</b>	<b>149.241.871,00</b>	<b>5,3</b>	<b>100,0</b>
Depreciação	-1.465.522,16	-1.326.623,59	10,5	-0,9
<b>Valor Líquido</b>	<b>155.637.294,96</b>	<b>147.915.247,41</b>	<b>5,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIAFI

Os bens imóveis de uso especial (edifícios) estão registrados pelo valor de mercado, mensurado nos processos de reavaliação periódica, deduzido do valor da depreciação acumulada. O valor dos terrenos compõe o valor dos edifícios, assim, a rubrica terrenos da Tabela 5 se refere somente aos terrenos sem edificação. A depreciação é calculada, mensalmente, pela SPU - Secretária de Patrimônio da União, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG N° 703, de 10 de novembro de 2014 e registrada no SIAFI pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

Os imóveis cedidos à SJBA (localizados em Paulo Afonso, Irecê e Barreiras) foram registrados no patrimônio como Ativo seguindo a previsão da Macrofunção 02.03.44, pois houve a transferência dos benefícios, riscos e controle dos bens para a SJBA. Em 31/12/2021, dos 24 imóveis cadastrados no SPIUnet e vinculados à UG da SJBA, havia seis terrenos sem edificações, dos prédios ou edifícios utilizados, cinco eram alugados, três foram cedidos à SJBA e dez pertenciam à União.

O acréscimo de 5,2% do valor líquido dos Imóveis em 2021 está relacionado, principalmente, ao registro do imóvel cedido pelo Tribunal de Justiça da Bahia para funcionamento da Subseção Judiciária de Barreiras-BA.

As avaliações/reavaliações dos imóveis realizadas até 31 de dezembro de 2021 estão em conformidade com a Portaria Conjunta SPU-STN 703, renúmerada para 03, de 10 de dezembro de 2014, e Instrução Normativa 05, de 28 de novembro de 2018.

## NOTA 07 - INTANGÍVEL

Os bens intangíveis de vida útil definida e indefinida foram registrados pelo custo de aquisição, deduzido o valor da amortização acumulada calculada em relação aos com vida útil definida.

Tabela 6 - Detalhamento do Ativo Intangível

Item	2021	2020	AH (%)	AV (%)
Softwares com vida útil definida	237.085,56	114.778,00	106,6	43,5
Amortização acumulada Softwares com vida útil definida	(234.150,36)	(76.407,67)	206,4	-43,0

<b>Valor líquido Softwares com vida útil definida</b>	<b>2.935,20</b>	<b>38.370,33</b>	<b>-92,4</b>	<b>0,5</b>
Softwares com vida útil indefinida	515.654,80	515.654,80	0,0	94,7
<b>Total</b>	<b>518.590,00</b>	<b>554.025,13</b>	<b>-6,4</b>	<b>95,2</b>

Fonte: SIAFI

Em 2021, houve a incorporação de softwares com vida útil definida totalmente amortizados. Esses softwares foram baixados quando no encerramento da vida útil estimada inicialmente, contudo verificou-se que eles ainda estão em uso pela SJBA. Desse modo, considerando que esses softwares ainda geram potencial de serviço em favor da SJBA, houve a reincorporação no valor de R\$ 118.185,46 na conta de Softwares em contrapartida à de amortização acumulada.

O inventário dos bens intangíveis foi finalizado em 17/01/2021 e não gerou ajuste a ser registrado. Quanto ao de bens móveis, o de 2021 está em fase de finalização, contudo ainda há bens não localizados referentes a inventário de outros exercícios. O Total de Bens não localizadas em 31/12/2021 foi de R\$ 29.412,96 (2018 - R\$ 28.631,98; 2020 - R\$ 780,98)

#### NOTA 08 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR.

O passivo com obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais está registrado pelo valor original e é composto por férias, remuneração, benefícios e encargos patronais a pagar. O decréscimo de 10,7%, em 2021, diz respeito, principalmente, à redução no valor da provisão de férias

No exercício de 2021, foram realizadas as provisões de férias e gratificação natalina, mensalmente, conforme o disposto na Macrofunção SIAFI 02.11.42. A gratificação natalina devida foi totalmente paga dentro do exercício de 2021. Quanto ao saldo do passivo de férias, por não haver relatório informatizado com o detalhamento por servidor das férias a usufruir, a apuração é feita considerando o movimento do período (provisão e baixa por férias usufruídas).

Os saldos remanescentes de DEA - Despesas de Exercícios Anteriores e encargos sociais a pagar de pessoal, formulário 11, foram atualizados, mensalmente, conforme Resolução CJF N° 224/2012

#### NOTA 09 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS

Os saldos de fornecedores de materiais e prestadores de serviços estão registrados pelo valor original. O acréscimo de 1.634,4% está diretamente relacionado ao registro do passivo de Assistência Jurídica Gratuita não pagos até 31/12/2021, no valor de R\$ 638.141,49, correspondendo a 83,6% do valor total de 2021.

#### NOTA 10 - PROVISÕES

O saldo da rubrica provisões se referente ao passivo estimado, sem cobertura orçamentária, de serviços médicos, hospitalares, odontológicos e laboratoriais (AMOS/EPS) prestados por credenciados do Pro-Social e de reajustes ainda não autorizados de contratos de serviços continuados.

#### NOTA 11 - DEMAIS OBRIGAÇÕES

Os saldos da rubrica demais obrigações se referem, a cauções de garantia contratual, obrigações com entidades municipais e estaduais, diárias a pagar, depósitos para devolução e reembolso a servidores. Os valores estão registrados pelo valor original e alguns relacionados a cauções sofreram atualização até 31/12/2021.

O aumento de 138,0% foi decorrente, principalmente, da elevação das obrigações com entidades estaduais e municipais e do aumento valor recebido em caução de garantia contratual.

#### NOTA 12 - AJUTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O saldo registrado é decorrente dos efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatores subsequentes.

A tabela abaixo evidencia os motivos dos ajustes de exercícios anteriores registrados em 2021.

Tabela 7 - Motivos do Ajustes de Exercícios Anteriores registrados em 2021

<b>Motivo</b>	<b>Valor R\$</b>
Demais registros	-33.320,57
Incorporações / Baixas de demais passivos	-319.085,08
Incorporações / Baixas de passivos de pessoal	-2.131.451,14
Incorporações / Baixas patrimoniais de bens móveis	505.958,91
<b>Total Geral</b>	<b>-1.977.897,88</b>

Fonte: SIAFI

NOTA 14 - Os registros das receitas e despesas orçamentárias foram realizados com base no regime misto, conforme o disposto no artigo 35 da Lei 4320/1964. Vale ressaltar que o valor de R\$ 464.969.046,92 das receitas realizadas do Balanço Orçamentário se refere às descentralizações internas e externas, que, em observância ao princípio do equilíbrio orçamentário, corresponde ao valor das despesas empenhadas. As despesas liquidadas foram R\$ 462.326.072,47. As despesas pagas, por sua vez, foram R\$ 461.845.843,81.

O Balanço Orçamentário apresenta como receita realizada o mesmo valor do déficit devido ao fato de todas as receitas arrecadas pela SJBA serem contabilizadas na setorial financeira de órgão. Desse modo, as despesas são suportadas pelas transferências recebidas do Tesouro Nacional e não pelas receitas arrecadadas.

## NOTA 15 - RESTOS A PAGAR

Em 2021 a SJBA inscreveu o montante de R\$ 3.579.193,90 em Restos a Pagar processados e não processados, apresentando uma redução de 18,6% em relação ao valor inscrito em 2020 (R\$ 4.394.917,39).

Tabela 8 - Detalhamento Restos a pagar (processado e não processado) inscritos em 2021

Ação Governo	Grupo da Despesa	Valor R\$
20TP - ATIVOS CIVIS DA UNIAO	Pessoal e Encargos	1.229.447,50
0181 - APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	Pessoal e Encargos	204.803,68
12R9 - CONSTRUCAO DO EDIFICIO II DA SECAO JUDICIARIA EM SALVADOR -	Investimento	129.200,00
14YL - REFORMA DO COMPLEXO DE IMOVEIS DA SECAO JUDICIARIA DE SALVAD	Investimento	121.987,11
15GM - REFORMA DE DATACENTERS NA JUSTICA FEDERAL DE 1. GRAU DA 1. R	Investimento	33.900,00
212B - BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	Outras Despesas Correntes	1.549,41
4257 - JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTICA FEDERAL	Outras Despesas Correntes	1.849.361,20
	Investimento	8.945,00
<b>Total</b>		<b>3.579.193,90</b>

Fonte: SIAFI

Em 2021, houve a reinscrição de R\$ 334.003,68 (9,3% do total inscrito) de restos a pagar originados em 2020 e 2019.

## NOTA 16 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Tabela 8 - Despesas Orçamentárias por elemento de despesa

Grupo de Despesa	Elemento de Despesa	2021	2020	AH (%)	AV (%)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	262.602.550,80	256.387.289,93	2,42	56,80
	OBRIGACOES PATRONAIS	57.146.618,94	55.780.827,71	2,45	12,36
	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	47.560.451,19	46.308.279,71	2,70	10,29
	PENSOES	8.824.810,69	8.205.790,07	7,54	1,91
	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.763.025,74	6.333.460,17	6,78	1,46
	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	2.375.025,44	1.993.960,85	19,11	0,51
	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	1.465.706,45	1.409.540,95	3,98	0,32
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.296.937,01	5.873.601,15	- 77,92	0,28
	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	462.526,91	383.853,62	20,50	0,10
	SENTENCAS JUDICIAIS	168.834,47	206.145,04	- 18,10	0,04
	<b>Subtotal</b>	<b>388.666.487,64</b>	<b>382.882.749,20</b>	<b>1,51</b>	<b>84,07</b>
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	LOCAAO DE MAO-DE-OBRA	16.844.868,95	15.342.179,62	9,79	3,64
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	15.732.150,55	9.843.656,23	59,82	3,40
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ	12.906.809,07	11.940.273,74	8,09	2,79
	AUXILIO-ALIMENTACAO	12.246.493,27	12.181.393,66	0,53	2,65
	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	3.451.301,12	3.585.453,95	- 3,74	0,75
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.127.843,06	2.185.884,37	43,09	0,68
	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.713.862,51	1.509.354,77	79,80	0,59
	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	2.424.504,38	2.568.332,90	- 5,60	0,52
	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.269.462,49	2.362.252,37	- 3,93	0,49
	MATERIAL DE CONSUMO	695.202,21	685.209,97	1,46	0,15
	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	264.572,50	125.478,83	110,85	0,06
	AUXILIO-TRANSPORTE	80.762,46	141.105,10	- 42,76	0,02
	SENTENCAS JUDICIAIS	61.910,33	134.675,28	- 54,03	0,01
	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	50.529,70	26.060,68	93,89	0,01
	PASSAGENS E DESPESAS COM	15.849,98	7.612,47	108,21	0,00

	LOCOMOCAO				
	<b>Subtotal</b>	<b>72.886.122,58</b>	<b>62.638.923,94</b>	<b>16,36</b>	<b>15,77</b>
INVESTIMENTOS	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	717.958,13	492.297,19	45,84	0,16
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	49.584,02	67.151,60	- 26,16	0,01
	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	5.920,10	1.798,00	229,26	0,00
	MATERIAL DE CONSUMO	-	137.164,76	100,00	-
	OBRAS E INSTALACOES	-	121.000,00	100,00	-
	<b>Subtotal</b>	<b>773.462,25</b>	<b>819.411,55</b>	<b>- 5,61</b>	<b>0,17</b>
<b>Total</b>	<b>462.326.072,47</b>	<b>446.341.084,69</b>	<b>3,58</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: SIAFI

Com relação aos grupos de despesas, houve incremento de 1,51% e 15,77%, respectivamente, para pessoal e outras despesas correntes. Para investimentos ocorreu redução de 5,61%. No total das despesas liquidadas, o acréscimo foi de 3,58%.

Apesar de o grupo de pessoal e encargos ser o mais relevante em relação ao total, o valor absoluto se manteve próximo da estabilidade.

O grupo de outras despesas correntes teve a contratação de serviço de pessoa física como a principal variação, 59,82% em relação a 2021. Esse incremento está relacionado ao aumento do montante total pago de perícias técnicas da justiça gratuita.

O destaque de variação no grupo de despesas de investimentos foi a inexistência, em 2021, de material de consumo e obras instalações, contudo, conforme tabela 8, houve valores que deveriam ter sido realizados em 2021 e foram inscrito em restos a pagar.

#### NOTA 16.1 - SUPRIMENTOS DE FUNDOS

A conta de adiantamento de suprimento de fundos, fechou dezembro de 2021, com um saldo de R\$ 212,96, referente a um valor de uma despesa efetuada, mas não autorizada. Valor este devolvido em de janeiro de 2021, com código de recolhimento para o Tesouro Nacional, cuja baixa foi realizada em 27/01/2022, encontrando-se, atualmente, regular.

No ano de 2021, o gasto com suprimento de fundos, na modalidade cartão de pagamento não ultrapassou os 30% anuais estabelecidos na RESOLUÇÃO N. 569/2019CJF. Todos os supridos efetuaram a prestação de contas com prazos de comprovação regulares. Os saldos foram baixados tempestivamente e regularmente por competência de pagamentos de faturas. Os saldos estão compatíveis com os documentos de escrituração.

NOTA 17 - O resultado financeiro do exercício de 2021 foi positivo em R\$ 1.623.833,95. Para sua obtenção, somam-se os valores dos ingressos e subtrai-se os valores dos dispêndios. De outra forma, também se encontra o mesmo resultado financeiro, deduzindo-se do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa para o exercício seguinte o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do exercício anterior

NOTA 18 - O resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 10.650.156,79. A sua obtenção é realizada da seguinte forma: Valor total das VPA's - Variações Patrimoniais Aumentativas menos o valor total das VPD's - Variações Patrimoniais Diminutivas. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas do exercício de 2021 foram registradas de acordo com o PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e, considerando os aspectos relevantes, estão em conformidade com o procedimento contábil [12123950](#) estabelecido pela Divisão de Análise Contábil e Custos - DICOC do TRF1 .

O principal motivo das variações patrimoniais está relacionado à Desincorporação de Ativos (diminuição do valor dos imóveis registrados no SPIUnet) que em 2021 teve montante menor comparando a 2020.

#### FLUXO DE CAIXA

Demonstra o fluxo financeiro, ou seja, o confronto de entradas de recursos versus saídas de recursos.

NOTA 17 - O objetivo da DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa é evidenciar a capacidade de geração de caixa e a necessidade de liquidez. Em 2021, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa foi positiva em R\$ 1.623.833,95, resultante do fluxo de caixa das atividades operacionais e fluxo de caixa das atividades de investimentos.

#### NOTA 18 - APURAÇÃO DE DANOS AO ERÁRIO

A tabela 9 resume as medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário durante o exercício de 2021.

Tabela 9 - Resumo das medidas para apuração de responsabilidade por dano ao erário, em 2021

Número do processo	Ato apurado	Andamento do Processo	Informações complementares
0001686-71.2021.4.01.8004 (PAD)	Apuração de recebimento de indenização de transporte por	Concluído	Ressarcimento espontâneo

	oficial de justiça de forma indevida		
0004592-34.2021.4.01.8004	Desaparecimento de bem	Concluído	Afastada a responsabilidade do servidor
0008206-47.2021.4.01.8004	Desaparecimento de bens	Concluído	Bens foram encontrados
0003494-48.2020.4.01.8004	Desaparecimento de bens	Em andamento	Cobrança de bens empresa terceirizada
0012669-08.2016.4.01.8004	Superfaturamento obra construção sede de Campo Formoso	Em andamento	Cobrança dos valores após julgamento do recurso concluído no ano de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Miron de Araujo Freitas, Analista Judiciário**, em 09/02/2022, às 19:15 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **15013518** e o código CRC **CA300AA6**.

Av. Ulysses Guimarães, 2799 - Centro Administrativo da Bahia - Bairro Sussuarana - CEP 41213-000 - Salvador - BA - [www.trf1.jus.br/sjba/](http://www.trf1.jus.br/sjba/)

0000499-06.2022.4.01.8000

15013518v58

Criado por [ba2000942](#), versão 58 por [ba2000942](#) em 09/02/2022 19:15:35.